

JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA



EXECUÇÃO

- TEORIA GERAL
- PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
- PROCEDIMENTO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

6ª edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

EXECUÇÃO

JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA

Teoria Geral, princípios fundamentais e procedimento no processo civil brasileiro

*6ª edição revista, ampliada e atualizada
de acordo com o Código de Processo Civil de 2015*

*Da obra Execução (1ª edição: 2008; 1ª tiragem: janeiro de 2008; 2ª tiragem: maio de 2009;
2ª edição: dezembro de 2012); a partir da 3ª edição: 2013, a obra passou a se chamar Processo de
Execução e Cumprimento de Sentença; 4ª edição: 2014, 5ª edição: julho de 2017.*

© desta edição [2019]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [01-2019]

Profissional

Fechamento desta edição [04.12.2018]



ISBN 978-85-5321-277-4



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA (À 5.ª EDIÇÃO)	7
NOTA À 6.ª EDIÇÃO	11
1ª PARTE – TEORIA GERAL E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA EXECUÇÃO	25
1. Teoria geral da execução	25
1.1. Tutela jurisdicional executiva.....	25
1.1.1. Jurisdição e concretização dos direitos. A execução forçada como uma das modalidades de tutela jurisdicional	25
1.1.2. A execução tem por fim restaurar um direito violado ou impedir a ocorrência de tal violação.....	29
1.1.3. O aumento da importância do papel do juiz na criação da solução jurídica adequada para a atuação executiva dos direitos. Repercussão processual interna e externa	33
1.1.4. A construção da solução jurídica no processo, frente aos parâmetros fornecidos pelo sistema jurídico	35
1.2. Ações de conhecimento e ações de execução.....	36
1.3. Espécies de ações executivas	39
1.3.1. Supressão da unificação procedimental dos meios executórios.....	39
1.3.2. Variações de ações executivas e opções do demandante.....	41

1.4. Espécies de meios executivos.....	44
1.4.1. Perfis gerais. Ainda o conceito de execução forçada. Execução direta (ou por sub-rogação) e indireta (ou por coerção). As medidas coercitivas no quadro da tutela jurisdicional executiva.....	44
1.4.2. Correlação entre a medida executiva (direta ou indireta) e o direito tutelado.....	46
1.5. A interação entre os sujeitos processuais na execução.....	49
1.5.1. Direção formal e material do processo de execução pelo juiz.....	49
1.5.2. Órgão judicial e auxiliares da justiça.....	51
1.5.3. Boa-fé objetiva.....	52
1.5.4. Dever de cooperação. Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	55
1.6. Responsabilidade executiva.....	58
1.6.1. Fundamentos.....	58
1.6.2. Responsabilidade pessoal.....	60
1.6.3. Responsabilidade patrimonial.....	60
1.6.3.1. Perfis gerais.....	60
1.6.3.2. Responsabilidade patrimonial no plano subjetivo. Responsabilidade primária e secundária.....	61
1.6.3.3. Responsabilidade patrimonial no plano objetivo. Bens impenhoráveis.....	65
1.6.3.4. Fraude à execução.....	66
1.7. Execução singular e universal.....	72
1.7.1. Execução universal (ou geral).....	72
1.7.2. Insolvência civil e falência. Recuperação judicial de empresa.....	74
2. Princípios fundamentais da execução.....	79
2.1. Definição dos princípios.....	79
2.1.1. Uma noção de princípio. Polissemia, evolução e distinções prévias. Variações sobre o tema.....	79
2.1.2. Sobre regras, princípios e valores.....	85
2.1.3. Um sistema com regras e princípios: o direito vivo.....	92
2.1.4. Como se formulam os princípios jurídicos? Da problemática concreta ao critério da fecundidade dos princípios.....	96
2.1.5. A tradicional classificação entre princípios informativos e fundamentais.....	100
2.1.6. Princípios de organização técnica.....	104

2.1.7.	Princípios fundamentais da tutela jurisdicional executiva	105
2.2.	Princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida.....	109
2.2.1.	Do surgimento do título executivo à sua dispensabilidade para a execução...	109
2.2.1.1.	Sobre a necessidade de revisão das teorias relativas ao título executivo ou de elaboração de outras, capazes de abranger as novas estruturas jurídicas.....	109
2.2.1.2.	Execução <i>cum titulo</i> e execução <i>sine titulo</i> . Breves referências históricas.....	114
2.2.1.3.	Execução <i>sine titulo</i> nas legislações modernas. Primeira referência à técnica monitoria	118
2.2.1.4.	A necessidade do título executivo para a realização de todos os atos executivos, inclusive os atos executivos satisfativos. Título executivo e concurso singular de credores	122
2.2.1.5.	O documento na configuração do título executivo. A eficácia executiva de atos orais.....	126
2.2.1.6.	Execução da decisão que antecipa efeitos da tutela e título executivo. A falsidade da máxima <i>ubi executio, ibi titulus</i>	130
2.2.1.7.	A realização de atos executivos no mesmo processo, independentemente de nova demanda. As sentenças executivas	136
2.2.1.8.	Significado dos princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida	137
2.2.2.	Natureza do título executivo.....	141
2.2.2.1.	O papel da norma jurídica na definição do título executivo. A abstração do título executivo.....	141
2.2.2.2.	Título executivo e prescindibilidade da certeza	145
2.2.2.3.	Sanção, condenação e título executivo	148
2.2.2.4.	O título executivo como fato jurídico	152
2.2.2.5.	O documento (ou “representação documental típica”) na configuração do título executivo	153
2.2.2.6.	Título executivo em sentido substancial e em sentido formal... ..	158
2.2.2.7.	Título executivo como suporte fático ao qual a norma atribui eficácia executiva	162
2.2.3.	Estrutura e requisitos do título executivo e da obrigação nele veiculada ...	163
2.2.3.1.	Tipicidade, segurança e função do título executivo. Execução <i>sine titulo</i> e atipicidade.....	163
2.2.3.2.	Taxatividade, tipicidade e limites à incidência do art. 190 do CPC/2015. Dispensa de cláusula executiva.....	170
2.2.3.3.	Distinção entre requisitos do título executivo e elementos da obrigação nele veiculada.....	173
2.2.3.4.	Obrigação certa, líquida e exigível.....	174
2.2.4.	Titulos executivos judiciais e extrajudiciais. Titulos executivos parajudiciais ou mistos.....	191

2.2.5. <i>Nulla executio sine titulo</i> , cognição judicial e vedação (absoluta ou relativa) de oposição do executado	193
2.2.6. Criação legislativa do título executivo e critério da proporcionalidade.	199
2.2.7. <i>Nulla executio sine titulo</i> e execução sem título, no CPC/2015	201
2.3. Princípios da autonomia e do sincretismo entre cognição e execução	205
2.3.1. Da autonomia ao sincretismo	205
2.3.2. As causas da autonomia entre processo de conhecimento e de execução e a suposta incompatibilidade entre as atividades realizadas em cada um desses processos	209
2.3.3. Principal consequência da adoção do princípio da autonomia: imprescindível pureza das atividades a serem realizadas nos processos de conhecimento e de execução	216
2.3.4. Desconstituição dos atos executivos por ação autônoma paralelamente ou após a extinção do processo de execução	221
2.3.5. Possibilidade de repetição de indébito, após a extinção da execução, na hipótese de inexistência ou nulidade da obrigação	223
2.3.6. Manifestações do princípio do sincretismo entre cognição e execução no direito brasileiro	225
2.3.7. Teoria geral da sentença executiva (as denominadas “ações executivas <i>lato sensu</i> ”)	229
2.3.7.1. Importância da sentença condenatória no direito atual	229
2.3.7.2. Diversidade de critérios apontados pela doutrina para a distinção entre sentenças condenatórias e executivas	233
2.3.7.3. Restrição da sentença executiva à tutela dos direitos reais (ou absolutos)	236
2.3.7.4. Primeira referência à decisão mandamental. Distinção preliminar entre decisões condenatória, executiva e mandamental	254
2.3.7.5. Oposição aos atos executivos no cumprimento de decisão executiva	259
2.3.8. Cognição sumária a execução	261
2.3.8.1. Tutela provisória, de urgência ou de evidência, pronunciamentos judiciais de execução imediata fundados em cognição sumária. Persistência do binômio condenação e execução?	261
2.3.8.2. Tutela monitoria e execução	262
2.3.9. Cognição não definitiva e execução	267
2.3.10. A cognição judicial nas execuções fundadas em título executivo. Mérito e objeto litigioso. Primeira reflexão sobre a exceção de pré-executividade...	274
2.3.11. Cognição e execução no CPC/2015	283

2.4. Princípios da tipicidade e da atipicidade das medidas executivas. Os poderes de execução do juiz e seus limites.....	284
2.4.1. Execução por sub-rogação e por coerção. Execução por coerção e sentença condenatória	284
2.4.2. Correlação entre a atuação executiva e o resultado prático pretendido..	288
2.4.3. Tipicidade e atipicidade das medidas executivas e concentração dos poderes de execução do juiz. Critérios essenciais para o estabelecimento de medidas executivas.....	290
2.4.4. Tipicidade temperada pela atipicidade. A regra prevista no art. 139, IV do CPC/2015	299
2.4.5. Ainda os limites aos poderes de execução do juiz. Meio mais idôneo e menor restrição possível (ou menor onerosidade) e execução por sub-rogação	304
2.4.5.1. Fecundidade dos princípios mesmo diante da tipicidade das medidas executivas	304
2.4.5.2. Grau de atipicidade da execução da decisão que antecipa os efeitos da tutela.....	306
2.4.5.3. Deveres de fazer infungíveis e medidas executivas sub-rogatórias. Relativização do conceito e “resultado prático equivalente”	307
2.4.5.4. O exemplo da sentença substitutiva da declaração de vontade. Infungibilidade natural e infungibilidade jurídica.....	309
2.4.5.5. Execução específica de obrigação de fazer e não fazer contra o Estado. Possibilidade de substituição do agente do Poder Público para o cumprimento de dever de fazer e de entregar coisa	310
2.4.6. Os poderes de execução do juiz em relação às medidas coercitivas (execução indireta)	314
2.4.6.1. Breve referência histórica. Da <i>manus injectio</i> no direito romano à regra <i>nemo potest cogi ad factum</i> do direito liberal francês. O princípio da intangibilidade corporal em razão de dívidas e o princípio da patrimonialidade	314
2.4.6.2. As medidas coercitivas previstas no CPC/2015. Medidas patrimoniais, pessoais e híbridas.....	316
2.4.6.3. Fungibilidade natural (ou material) e jurídica e cabimento de medidas coercitivas.....	317
2.4.6.4. As medidas coercitivas patrimoniais no direito brasileiro. Paralelo entre a multa e as <i>astreintes</i> do direito francês	319
2.4.6.5. Distinção entre medidas coercitivas e sancionatórias previstas no CPC/2015	320
2.4.6.6. A prisão civil como medida executiva coercitiva.....	320
2.4.7. A tutela mandamental e sua importância no direito brasileiro	322

2.4.7.1. <i>Injunctions e contempt of court</i> . Breve referência às medidas coercitivas pessoais existentes em outros ordenamentos jurídico-processuais	322
2.4.7.2. Breve distinção preliminar: prisão por dívidas e prisão decorrente do crime de desobediência à ordem judicial	324
2.4.7.3. Ainda a distinção entre decisão condenatória e mandamental.	324
2.4.7.4. Restrição da tutela mandamental à violação dos deveres legais, com exclusão das obrigações convencionais	326
2.4.7.5. Insuficiência das classificações doutrinárias existentes. Expedição de ordem judicial em caráter principal e incidental, <i>ex officio</i> ou mediante requerimento da parte	329
2.4.7.6. Cumprimento da ordem ou da obrigação?	331
2.4.7.7. A questão da ordem sob pena de multa	332
2.4.7.8. Ainda sobre as consequências do descumprimento de decisão mandamental	336
2.4.8. O CPC/2015 entre a tipicidade e a atipicidade das medidas executivas...	338
2ª PARTE – PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO	341
3. Obrigação de pagar quantia certa em dinheiro – Execução fundada em título extrajudicial.....	341
3.1. Fases do processo de execução.....	341
3.2. Ajuizamento da execução.....	342
3.2.1. Petição inicial. Perfis gerais.....	342
3.2.2. Juízo competente para a execução	343
3.2.3. Partes na execução	345
3.2.3.1. Aspectos gerais. Exequente e executado. Devedor e responsável... ..	345
3.2.3.2. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	352
3.2.4. Título executivo	358
3.2.4.1. Repercussão do título executivo, no processo de execução	358
3.2.4.2. Instrução da petição inicial com o título executivo.....	361
3.2.4.3. Vícios que impedem a formação total ou parcial do título. Correção ou emenda.....	362
3.2.4.4. Forma eletrônica dos títulos de crédito e configuração do título executivo	363
3.2.4.5. Demonstração de que o título executivo contém obrigação certa, líquida e exigível. Demonstrativo de débito atualizado. Demonstração de ocorrência de condição ou termo	364
3.2.4.6. Aspectos controvertidos quanto à formação dos títulos executivos previstos no art. 784 do CPC/2015 e em outras disposições legais	370

3.2.5. Pedido de tutela executiva e requerimentos. Requerimento de medidas a serem realizadas antes da citação e de medidas urgentes	379
3.2.6. Valor da causa, na execução	383
3.3. Juízo de admissibilidade positivo, negativo e ordinatório da execução. Rejeição da execução em razão da prescrição. Admissão da execução e fixação de honorários advocatícios	385
3.4. Atos executivos realizados na fase inicial do processo. Arresto, penhora, averbação da execução	390
3.5. Citação	394
3.5.1. Modalidades. Repercussão, quanto à prática de atos executivos	394
3.5.2. Não localização do executado e arresto executivo. Arresto <i>on-line</i>	397
3.5.3. Citação e pagamento. Pagamento imediato, em parcelas e no curso do processo executivo	398
3.6. Variações das formas de oposição à execução. Defesa por simples petição nos próprios autos de execução (exceção de pré-executividade). Ação de conhecimento autônoma. Embargos à execução	401
3.7. Embargos à execução	404
3.7.1. Natureza dos embargos à execução	404
3.7.2. Objeto e conteúdo dos embargos à execução	407
3.7.3. Prazo para a oposição dos embargos à execução	409
3.7.4. Execução por carta e oposição de embargos	411
3.7.5. Desnecessidade de penhora, depósito ou caução para a apresentação de embargos à execução. Variações, em leis especiais	411
3.7.6. Embargos e suspensão dos atos executivos	412
3.7.7. Processamento dos embargos à execução: admissibilidade, contraditório, instrução e julgamento	415
3.8. Atos executivos na execução por quantia em dinheiro	418
3.8.1. Breve comparação entre obrigação de dar dinheiro, outras obrigações de dar e obrigações de fazer	418
3.8.2. Obrigação de dar dinheiro e expropriação	418
3.8.3. Execução direta (por sub-rogação) ou indireta (por coerção). Medidas executivas admissíveis	419
3.8.4. Primazia da expropriação simples	421
3.8.5. Modalidades de atos expropriatórios	422

3.8.6. Início dos atos executivos	423
3.9. Penhora	424
3.9.1. Natureza	424
3.9.2. Direito de preferência	425
3.9.3. Utilidade da penhora	426
3.9.4. Bens impenhoráveis	426
3.9.5. Preferência entre os bens que podem ser penhorados. Ainda a primazia pela expropriação simples	449
3.9.6. Onde se realiza a penhora	453
3.9.7. Apreensão e depósito do bem penhorado	454
3.9.8. Documentação e registro da penhora. Efeitos da averbação da penhora	456
3.9.9. Quem deve ser intimado da penhora	458
3.9.10. Modificações da penhora	460
3.9.11. Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira por meio eletrônico. Penhora <i>on-line</i>	465
3.9.12. Penhora de créditos	468
3.9.13. Penhora de quota de sociedade empresária em execução movida contra sócio	470
3.9.14. Penhora de empresa e de percentual de faturamento de empresa. Penhora de estabelecimentos e de semoventes	471
3.9.15. Penhora de frutos e rendimentos	476
3.9.16. Penhora de quota-parte de bem indivisível	477
3.9.17. Penhora e direito de superfície	479
3.10. Avaliação	479
3.11. Modalidades de expropriação	483
3.12. Adjudicação	483
3.13. Alienação forçada do bem. Arrematação	486
3.13.1. Natureza. Modalidades	486
3.13.2. Alienação por iniciativa particular	488
3.13.3. Alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial	489
3.13.4. Leiloeiro	490
3.13.5. Fixação dos critérios a serem observados, na alienação	491

3.13.6. Publicidade da arrematação. Editais.....	492
3.13.7. Cientificação do executado e de terceiros	493
3.13.8. Legitimidade para arrematar	494
3.13.9. Lance mínimo. Preço vil.....	495
3.13.10. Vários interessados em arrematar e critérios para definição da proposta vencedora	496
3.13.11. Pagamento pelo bem arrematado	498
3.13.12. Conclusão e documentação do leilão.....	498
3.13.13. Peculiaridades do leilão judicial eletrônico.....	500
3.13.14. Invalidação, ineficácia, resolução e desistência da arrematação.....	501
3.14. Concurso singular de credores.....	504
3.15. Suspensão da execução.....	508
3.16. Satisfação do crédito.....	511
3.17. Extinção da execução	514
4. Obrigação de pagar quantia em dinheiro – Execução fundada em decisão proferida em processo civil e em outros títulos executivos judiciais.....	521
4.1. Perfis gerais.....	521
4.1.1. Cumprimento ou execução?	521
4.1.2. Distinção entre cumprimento de decisão condenatória e de decisão executiva.....	522
4.1.3. Âmbito de aplicação das regras relativas ao cumprimento de sentença..	523
4.1.4. Pagamento realizado pelo réu antes de intimado para o cumprimento da sentença. “Execução invertida”	524
4.2. Títulos executivos judiciais	525
4.2.1. Heterogeneidade do rol de títulos executivos judiciais.....	525
4.2.2. Decisões “definitivas” e “provisórias”	526
4.2.3. Decisão condenatória	526
4.2.4. Decisão declaratória	527
4.2.5. Condenação e obrigação sujeita a condição ou termo. Condenação para o futuro.....	529
4.2.6. Crédito de auxiliar da justiça aprovado por decisão judicial	530
4.2.7. Decisão homologatória de autocomposição	530
4.2.8. Sentença penal condenatória.....	533

4.2.9.	Decisão arbitral	533
4.2.10.	Decisão estrangeira.....	534
4.3.	Decisão que reconhece o dever de pagar quantia ilíquida. Liquidação.....	534
4.3.1.	Excepcionalidade da apuração da extensão da obrigação em demanda autônoma	534
4.3.2.	Autonomia da liquidação	537
4.3.3.	Objeto e natureza da liquidação.....	538
4.3.4.	Limites da cognição judicial na liquidação	539
4.3.5.	Resultado da liquidação igual a zero	541
4.3.6.	Variação e cumulação das formas de liquidação	541
4.3.7.	Liquidação por arbitramento.....	542
4.3.8.	Liquidação pelo procedimento comum.....	543
4.3.9.	Liquidação de decisão provisória	544
4.3.10.	Liquidação de sentença coletiva. Definição de elementos da obrigação distintos do <i>quantum</i>	545
4.4.	Decisão definitiva: cumprimento e execução.....	547
4.4.1.	Necessidade de demanda, pelo exequente	547
4.4.2.	Competência	551
4.4.3.	Petição da demanda executiva: elementos formais e substanciais	553
4.4.4.	Juízo de admissibilidade. Verificação dos cálculos. Interrupção da prescrição.....	556
4.4.5.	Intimação do executado. Prazo para pagamento.....	557
4.4.6.	Pagamento parcial	558
4.4.7.	Medidas coercitivas admissíveis. Multa. Protesto da decisão judicial. Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes. Incidência da regra prevista no art. 139, IV do CPC/2015 e outras medidas executivas.....	559
4.4.8.	Honorários advocatícios.....	562
4.4.9.	Formas de oposição do executado no cumprimento de sentença. Impugnação ao cumprimento de sentença e arguição de matéria de defesa por simples petição (exceção de pré-executividade). Objeto e conteúdo	562
4.4.10.	Prazo para a oposição da impugnação	574
4.4.11.	Atribuição de efeito suspensivo à impugnação	574

4.4.12. Decisão sobre a impugnação ao cumprimento de sentença. Coisa julgada. Honorários advocatícios.....	575
4.5. Cumprimento provisório de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro.....	576
5. Obrigação de prestar alimentos – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título executivo extrajudicial.....	581
5.1. Execução de alimentos fundada em título judicial. Abrangência e medidas executivas cabíveis.....	581
5.2. Apresentação da demanda, intimação e atitudes possíveis do executado. Juízo competente.....	583
5.3. Prisão civil como medida coercitiva.....	585
5.4. Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado.....	587
5.5. Cumprimento da decisão que condena a pagar alimentos por expropriação.....	587
5.6. Constituição de capital.....	587
5.7. Execução de alimentos fundada em título extrajudicial.....	590
6. Obrigação de pagar quantia em dinheiro pela Fazenda Pública – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título extrajudicial.....	593
6.1. Perfis gerais.....	593
6.2. Procedimento da execução fundada em título judicial.....	595
6.3. Particularidades, quanto à execução fundada em título extrajudicial.....	597
7. Obrigação de fazer e de não fazer – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título executivo extrajudicial.....	599
7.1. Atuação executiva dos deveres de fazer e de não fazer. Variações. Opções do demandante.....	599
7.2. Abrangência.....	600
7.3. Tutelas típica e atípica de deveres de fazer e de não fazer.....	602
7.4. Tutela específica e resultado prático equivalente.....	604
7.5. Variações das tutelas preventiva e repressiva: tutelas inibitória, ressarcitória, pelo equivalente, em forma específica (tutela reintegratória e de reparação em forma específica). Perdas e danos e multa.....	606
7.6. Tutela contra o ilícito e desnecessidade de demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.....	609
7.7. Sentença proferida na ação que tem por objeto emissão de declaração de vontade...	610
7.8. Medidas executivas admissíveis.....	611

7.9. Multa	612
7.10. A prisão civil como medida coercitiva.....	616
7.11. Ordem judicial e crime de desobediência.....	617
7.12. Execução direta (ou por sub-rogação) e resultado prático equivalente	619
7.13. Intervenção judicial em empresa.....	619
7.14. Execução das obrigações de fazer ou de não fazer fundada em título extrajudicial. Particularidades	620
8. Obrigação de entregar coisa – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título executivo extrajudicial	625
8.1. Atuação executiva do dever de entregar coisa. Fundamento do dever de entregar coisa. Opções do demandante e medidas executivas admissíveis	625
8.2. Dever de entregar coisa. Tutelas típica e atípica	626
8.3. Tutela específica.....	627
8.4. Direito de retenção por benfeitorias.....	628
8.5. Coisa incerta e concentração.....	629
8.6. Alienação da coisa no curso da ação	630
8.7. Liquidação incidental, no curso da execução fundada em título extrajudicial ...	630
8.8. Satisfação da obrigação e extinção da execução	631
BIBLIOGRAFIA	633